

## A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR

Mauro Carvalho<sup>1</sup>

---

### Resumo

Neste estudo, são feitas algumas considerações psicossociais a respeito da construção das identidades de adolescentes no espaço escolar. Veremos que, no processo dessa construção, eles se apropriam de diversas fontes de informação e de experiências sociais que se confrontam com as da cultura escolar. As identidades estão intimamente vinculadas à classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade, idade além de outras categorias presentes nas relações sociais. A escola deve empreender, em seu cotidiano, como recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), uma reflexão acerca das múltiplas cidadanias e identidades, necessárias para a construção de uma sociedade democrática. A pluralidade cultural, presente no cotidiano escolar, ratifica a diversidade cultural como traço fundamental na construção das identidades, definida e negociada no campo dos conflitos e das infinitas possibilidades de singularização.

**Palavras-chave:** Identidades; Adolescência; Espaço escolar

---

### 1 INTRODUÇÃO

“O homem está no centro de suas experiências” (BENJAMIN, 1993, p.134).

Nos últimos 50 anos, os estudos em torno da identidade têm ocupado um lugar de destaque em um grande número de debates em diversos campos e em produções científicas. Por muito tempo, as pesquisas sobre identidade focalizaram-se num suposto dualismo existente entre a identidade social e a identidade pessoal. Marcada pela mudança sócio-cultural na qual o indivíduo ocupa na contemporaneidade, a noção de identidade apresenta-se, hoje, como zona de interseção de vários tipos de compartilhamento social, pessoal, educacional, profissional, político, sexual, de gênero etc.

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Pedagogo, Mestre em Educação (FaE/UFGM), Doutor em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ). Professor de Psicologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Arte e Linguagem. e-mail: maurogiffoni@yahoo.com.br - Endereço para correspondência: Rua Paraíba, 29 Bairro Funcionários. Belo Horizonte/MG. CEP: 30130-140

A reflexão sobre a identidade aponta para o processo de interação dos indivíduos nos diversos espaços sociais nos quais buscam construir uma gama de sentidos de si mesmos e, simultaneamente, do outro. Esse processo de conhecimento não se reduz, contudo, apenas a um conjunto de crenças e representações sobre si mesmo e do outro, mas, também, pelo ambiente social no qual estão inseridos que se convergem na produção da identidade. Afinal, quando nos perguntamos “quem somos” a resposta vai muito além de um conhecimento estático e solipsista: nossa identidade se engendra em infinitas possibilidades proporcionadas pela experiência social. Nesse aspecto, as instituições sociais adquirem um importante significado no processo de construção da identidade, posto que constituem-se no espaço de produção de saberes, de experiências, de interrelações, de comunicações, de intenções e das operações de sentido – simbólicas. Cada instituição social possui estrutura, modos e meios de funcionamento específicos. Nelas, as relações sociais são instituídas dentro de modelos culturais pré-estabelecidos, investidas de afetos e representações acerca do conjunto de relações e práticas que tem uma referência em comum, de tal forma que sejam acessíveis aos atores sociais.

O desafio a ser enfrentado, neste trabalho, é o de levar a discussão da construção da identidade dos adolescentes para dentro da instituição escolar, por considerá-la um local privilegiado de transmissão cultural específica e de produção de sentido para as diversas práticas sociais. As escolas, portanto, funcionariam como fio condutor que une, orienta e exhibe todo um conjunto de referências acerca da construção da identidade dos adolescentes. Para além das instituições, as escolas são comunidades de vida e de destino, cujos membros vivem juntos e numa ligação absoluta (BAUMAN, 2005).

Embora as escolas se configurem muito mais como instituições formais, burocráticas, preocupadas em afirmar o poder e a disciplina, por meio de atividades institucionais como avaliações, chamadas e sala de aula rigidamente organizadas, elas também podem ser consideradas como um espaço comunicacional, de reprodução e de divulgação de diferentes fontes culturais, presentes na sociedade em que estiver inserida. No entanto, por causa de sua complexidade, não podemos compreender a educação apenas sob a perspectiva da escola ou da família, uma vez que, na atualidade, a cultura de massa se faz presente na vida das pessoas, socializando muitas gerações, transmitindo valores e padrões de comportamento (SELTON, 2002).

Se considerarmos que as identidades são modos de inscrição que vinculam as instituições e os seres ao meio e à cultura, a escola, querendo ou não, estará sempre presente

no processo identitário dos adolescentes, funcionando, também, como um espaço em que a experiência subjetiva se confrontaria com o mundo social. Nessa perspectiva, Gomes (2003) aponta que para uma melhor compreensão da construção das diversas identidades dos adolescentes, deve-se considerar a importância de suas articulações com a cultura e a com a educação. Uma articulação que se dá nos processos educativos escolares e não-escolares.

O debate em torno das identidades, na sociedade contemporânea, está marcado por várias concepções e referências. Num ambiente social midiático e de consumo sujeito a rápidas transformações, somos confrontados, a todo momento, por informações que se apresentam como referências, para a obtenção de algum grau de ancoragem sócio-cultural. Nesse cenário, deparamo-nos com a pluralidade cultural, com a espetacularização e com as tecnologias reforçadoras da interatividade.

No contexto escolar, as identidades devem ser tratadas como sendo realizadas em diversos espaços sociais, midiáticos, familiares e organizacionais, entre outros, onde novos sentidos e narrativas, por vezes contraditórios, podem afetar comportamentos e provocar novas interações sociais. Ao se levar essa discussão para o interior da escola, tornar-se-ão ainda maiores as dificuldades para compreender a sua dinâmica, as suas gradações e as suas oscilações em sujeitos no pleno processo de transformação biopsicossocial.

Para tratar do tema “a construção das identidades no espaço escolar”, talvez seja necessário apresentar, inicialmente, algumas considerações sobre as identidades, tendo em vista o embate existente entre as transformações contemporâneas dos meios de comunicação de massa e a afirmação da tradição, já um tanto desvitalizada, presentes ainda nas escolas.

## **2 PARA UMA DEFINIÇÃO DE IDENTIDADE**

Produto de intrincados processos de definição e autodefinição que o sujeito estabelece com a sua cultura, o conceito de identidade é “altamente contestável” e comporta as mais diversas significações e interpretações. O seu esclarecimento, presumivelmente, é tão complexo e extenso quanto as relações que engendram as próprias identidades (BAUMAN, 2005).

Como afirma Eagleton (2005), o grande imperativo da modernidade é a busca pela identidade. Para esse autor, pensadores como Foucault, Derrida e Nietzsche defendem a idéia de que o mundo é inteiramente feito de diferenças, mas temos de forjar identidades se quisermos sobreviver.

As identidades são invenções do mundo moderno<sup>1</sup>, são “semifictícias”, mas necessárias para quem as formula (SANTOS, 2006, p.135). No mundo contemporâneo, elas são necessárias para que reconheçamos nossa pertença: o que somos, o que temos em comum, o que nos diferencia dos outros e o que gostaríamos de ser. Elas são necessárias para o estabelecimento dos relacionamentos interpessoais. (DESCHAMPS; MOLINER, 2009).

Rorty propõe discutir o “sentido da identidade pessoal do ser humano”, a partir de nossas diferenças ou de um sinal distintivo que nos permite criar algo novo e uma nova linguagem. (RORTY, 2007, p.67). Para ele, uma identidade se torna diferente das outras por meio das contingências particulares que fazem de cada um de nós um eu. A identidade nos habilita a lidar com o mundo, sendo um meio importante para transitarmos na cultura e para alcançarmos os nossos propósitos sociais correntes.

As identidades não são neutras, pois expressam nosso modo de ver e de nos posicionar socialmente. São, ainda, problemáticas e frágeis porque incorporam muitos paradoxos: o que temos em comum e o que nos diferencia; o nosso reconhecimento pessoal e do outro; o nosso sentido de pertencimento num ambiente de rápidas e constantes mudanças; e a possibilidade de ações sociais através de nossas identidades coletivas. (WEEKS, 1995). Nessa direção, Bauman argumenta que as identidades;

[...] não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade (BAUMAN, 2005, p.17).

As identidades, como processo de definição e de autodefinição que o sujeito estabelece com sua cultura, comportam as mais diversas significações e interpretações. Jacques (1999) alerta para os diferentes empregos que a palavra identidade vem tendo, resultado das diversas abordagens teórico-explicativas e da sua própria complexidade.

Segundo Abbagnano, haveria três definições para a identidade (do latim: *identitas*). A primeira é aristotélica. “As coisas só são idênticas, se é idêntica a definição de suas substâncias. A unidade da substância, portanto, da definição que a expressa é, sob este ponto de vista, o significado da identidade”. A segunda é a de Leibniz, que propõe uma aproximação com o conceito de igualdade: “[...] cada coisa é aquilo que é; negativas que são regidas pelo princípio de contradição e divergentes quando o objeto de uma idéia não é o objeto de outra idéia”. E a terceira é aquela segundo a qual a própria identidade pode ser estabelecida ou reconhecida com base em qualquer critério convencional. Nessa última das

três, “[...] não é possível estabelecer, uma vez por todas, o significado da identidade ou o critério para reconhecê-la; mas é possível, no âmbito de um determinado sistema linguístico, determinar de forma convencional, mas oportuna, dito critério” (ABBAGNANO, 1982, p. 503-504). Segundo o autor acima citado, essa última é, talvez, a definição que melhor responda às exigências do pensamento lógico e filosófico.

Para Jacques (1999), o conceito de identidade foi evoluindo para o sentido contemporâneo de conjunto de características que distinguem as pessoas ou lugares, uns dos outros<sup>2</sup>. A identidade é, por um lado, uma necessidade humana básica individual, que se interrelaciona com o social, formando, por outro, as identidades coletivas. Conforme esclarece Jacques “[...] sob essa perspectiva, é possível compreender a identidade pessoal como e, ao mesmo tempo, identidade social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias” (JACQUES, 1999, p.163).

As identidades, coletivas e individuais, resultariam de um entrecruzamento de vetores sócio-culturais mais abrangentes. Nesse sentido, uma identidade específica seria uma apropriação de diferentes níveis semióticos heterogêneos, presentes na sociedade. Assim, elas sempre são relacionais, pois dependem do reconhecimento do outro.

Esse aspecto relacional das identidades com a cultura também é enfatizado por Hall (2005), que as considera construídas historicamente, e não biologicamente, por meio de uma contínua interrelação com as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Ribeiro; Siqueira (2007) apontam que a contemporaneidade proporciona um contexto de relações fluídas, marcadas pela alta reflexividade das identidades e das relações com o outro. Dessa maneira, as identidades se formariam e se delineariam aos poucos, influenciadas por um conjunto de representações simbólicas: quem seríamos, como nos relacionaríamos com os outros e que papéis poderíamos assumir diante da sociedade em que vivemos.

A identidade tomada para si pelo indivíduo, imerso num conjunto de relações sociais, por meio do “projeto reflexivo” pessoal que a instaura, é designada por Giddens (2002), como auto-identidade. Ela está circunscrita nas diversas situações sociais e dentro do quadro geral da constituição psicológica do indivíduo, incluindo o corpo.

O corpo parece uma noção simples, particularmente se comparado a conceitos como “eu” e “auto-identidade”. O corpo é um objeto que todos temos o privilégio de viver ou somos condenados a viver; fonte das sensações de bem-estar e de prazer, mas também das doenças e das tensões. Entretanto, como foi destacado, o corpo não é só uma entidade física que possuímos, é um sistema de ação, um modo de práxis, e sua

imersão prática nas interações da vida cotidiana é uma parte essencial da manutenção de um sentido coerente de auto-identidade (GIDDENS, 2002, p.95).

Para esse autor, porém, nem sempre a auto-identidade tem o reconhecimento do outro, por isso procuramos colocá-la no campo das identidades coletivas. Assim, ela é sempre resultante do processo de interrelação do sujeito com a exterioridade – a sociedade – e a interioridade – a subjetividade. Nessa direção, Ciampa já asseverava que “[...] as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre ela conservando-a ou transformando-a” (CIAMPA, 1984, p.67).

No processo de construção de identidade, o ser humano estará, consciente ou inconscientemente, em apropriação contínua de outros textos, ou discursos: midiáticos, literários, religiosos ou históricos, que, por sua vez, estabelecem um diálogo entre épocas, sociedades e espaços diversos. Por isso, os processos de comunicação abrangentes têm um papel de destaque no processo de construção das identidades, uma vez que representam um lugar privilegiado de produção de sentidos para as diversas práticas e referências sociais (MAIA; SPÍNOLA, 2006). Pois, “[...] compartilhando de modelos globalizados, disseminados pelas mais variadas formas de comunicação, tornamos acessíveis os mais variados tipos de identidades que deixam de estar vinculados a um lugar e a um tempo definidos” (EWALD; SOARES, 2007, p.26).

Essa característica intertextual das identidades está marcadamente influenciada pelo processo de globalização, configurando um jogo de linguagens/discursos, que se transforma num dispositivo apto a constituir não só as identidades, mas também para representar as outras experiências sociais. Esse processo estará, provavelmente, ancorado pelas redes de informação, marcadas pela espetacularidade e por tecnologias que intensificam a interatividade e nos fazem experimentar o acesso a informações em tempo real, revelando, paradoxalmente, a força e a fragilidade do campo das identidades (CARVALHO, 2003).

Ao lado da mídia, o consumo é hoje considerado uma das grandes fontes de sentimento de pertencimento social e, por conseguinte, de afirmação identitária. Ele vai além dos níveis econômico, social e doméstico, afetando a construção das identidades e criando novas formas de relacionamentos sociais. De acordo com Canclini (1995), a cultura de consumo tem proporcionado importantes contextos para o desenvolvimento de novas fontes de identidade e para a emergência de diferentes políticas de identidade, ajudando a recriar lugares específicos de pertencimento de grupos sociais, de gênero, de raça e de idade. A cultura de consumo, ao nos redefinir como indivíduos e como sociedade, confirma que as

identidades coletivas e individuais, antes de serem produzidas autonomamente, são estabelecidas através da troca, da posse e do uso de mercadorias, podendo, também, serem vistas como lugar de novas relações de poder e de desigualdades.

Diante dessas definições sobre as identidades, com diferentes marcos teóricos, pode-se constatar nelas um denominador comum – a compreensão das identidades como processo de construção, contínuo, articulado com a história e imerso num conjunto de relações sociais. Dessa forma, este artigo busca trazer uma discussão das identidades e de seu caráter discursivo, em processo de constante mudança e de negociação social, para dentro das escolas, e sua relação com outras fontes de divulgação de significados, de ancoragens e de práticas identitárias presentes na sociedade.

### **3 CONSTRINDO IDENTIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Ao se buscar uma melhor compreensão da construção das identidades em alunos adolescentes, há que se levar em conta os elementos discursivos, a intertextualidade, a ludicidade, a contextualidade e a intersubjetividade, presentes no processo de interação escolar. Para que o simbólico seja reconhecível pelo grupo, a escola se comportaria como uma instituição codificadora. Nela seriam elaborados ou introduzidos valores, idéias, conhecimentos e símbolos presentes na sociedade e indiretamente relacionados à construção das identidades. Cada escola deveria ser considerada como um ecossistema, como uma comunidade de organismos (corpos docente, discente e administrativo), relacionando-se entre si e com o meio social.

Diferenças à parte dos “trobriandeses”, estudados por Malinowski (1982), na nossa sociedade o cotidiano dos adolescentes está basicamente marcado por três grupos de referência: a família, os vizinhos e a escola. A diversidade é uma tônica comum a cada um desses mundos, tanto no tocante ao número de pessoas, quanto ao de modelos de tempo, de espaço e de identidades. Comparativamente à família e à vizinhança, o número de relacionamentos tende a ser numericamente maior na escola. Esta última constitui-se num espaço mais populoso e burocrático, em que poucos adultos organizam e continuamente avaliam as atividades de um grande número de adolescentes. Nela, o ritmo de tempo está regulado e controlado: horário de entrada e de saída, horário de aula, semana de provas, atividades extra-classe e um sem número de rituais que caracterizam o cotidiano escolar.

Diversamente do meio familiar, onde o adolescente pode ter aumentadas sua privacidade e sua individualidade, na escola é impossível escapar à rede social. De um lado, na família, tem-se um lugar privilegiado da interrelação e da aprendizagem social que desempenha uma função psicossocial no desenvolvimento do adolescente e, particularmente, na construção da sua identidade. De outro, na escola, o adolescente observa os outros, adquire o reconhecimento dos seus próprios comportamentos, assim como avalia intenções, valores e normas subjacentes (LOURO, 2004).

Nesse processo de interrelação, segundo Castells (1999), as identidades se ligam às atividades, à história de vida, ao futuro, aos sonhos e fantasias de cada adolescente. As identidades permitem, de um lado, sua percepção como sujeito único, tomando posse de sua realidade individual e, portanto, da consciência de si mesmo. De outro, permitem a diferenciação entre o eu e o outro, termo de comparação que possibilita o destaque das características identitárias de cada um.

A questão da identidade só surge com a exposição à comunidade – escolar (BAUMAN, 2005). O universo escolar possibilita um entrelaçamento de grupos de diferentes tamanhos e referências sociais, regidos por um sistema de normas e regras de funcionamento, capazes de se atualizarem conforme os interesses de seus participantes. Comparando com o caráter quase compulsório dos grupos familiar e de vizinhos, na escola o estudante tem uma liberdade maior de formar seus próprios grupos.

Segundo Louro (1999), são muitas as identidades que os alunos podem construir no espaço escolar, podendo ser provisórias, descartáveis, rejeitadas e abandonadas. São eles, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes e, “nada proíbe pensar que diferentes quadros identitários se imbricam uns aos outros, a fim de contribuir para o sentimento de identidade” (DESCHAMPS; MOLINER, 2009, p.147).

Nessa mesma perspectiva, Hall (2005) assinala que há, dentro de nós, identidades contraditórias, empurrando-nos em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Conseqüentemente, as identidades sociais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural. Serão as diferenças e semelhanças individuais dos alunos, seus conflitos de valores, necessidades de reconhecimento recíproco com seus pares e julgamentos de imagem de si e dos outros que balizarão a constituição dos diversos grupos no espaço escolar e, simultaneamente, a de suas próprias identidades.

A “passagem” da infância para a vida adulta não somente envolve uma dramática transformação anátomo-fisiológica, mas também entalha novos significados de identidades e

de gênero. É claro que a identidade do sujeito já começa a ser construída desde a mais tenra idade até a velhice, por meio da transmissão, da aprendizagem e da influência social (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Contudo, nesse processo de mudança biopsicossocial, o corpo do adolescente passa a tornar-se um objeto próprio de práticas sociais, não existindo, portanto, uma única adolescência e, sim, várias.

Ao utilizar a categoria adolescência, há que se considerá-la intimamente vinculada com as categorias de classe social, etnia, raça, sexualidade, idade e outras presentes no contexto escolar. Ciampa (1984) argumenta que no processo de construção das identidades não podemos isolar os elementos biológicos, psicológicos e sociais, que caracterizam um indivíduo, de suas representações acerca de si mesmo.

A construção social das identidades de adolescentes, por ser transitória, é um processo ativo e contínuo similar a um jogo, com seus componentes de preparação, engajamento, divertimento e encenação. Jogar com as identidades é dramatizá-la. Os adolescentes expressam o seu imaginário pelo jogo, pelo gesto e pelo corpo durante seu processo de construção de identidade. Quando eles se reúnem para formar grupos nos pátios, na cantina, nos corredores, na saída ou na entrada do colégio, se envolvem na situação, projetando seus estados afetivos. Nesses momentos, adotam papéis sociais, de referência de grupo e gênero para “jogar conversa fora”, para “jogar cartas”, brincar, correr, ouvir músicas, fumar, namorar, ou seja, para “jogar” com as idéias e significados de classe social, gênero, etnia, raça, sexualidade e idade.

Ao se comportarem assim, ressignificam a história, o cotidiano e a cultura. A ênfase na ação e na atividade da construção social das identidades como um “jogo”, contrastando com as suas atividades curriculares cotidianas, apontam como, às vezes, elas são contraditórias, um indicativo de que os adolescentes não são passivamente socializados (THORNE, 1994, WEEKS, 1995, LOURO, 2004).

De modo geral, os estudantes adolescentes utilizam, como base de diferenciação identitária, o sexo, a raça, a etnia, a classe social e a religião. A reflexão sobre a construção das identidades, adverte Gomes (2003), não pode prescindir da discussão da formação humana como processo mais amplo, mais complexo. Nesse processo, as dimensões pessoais não podem ser separadas da vivência concreta das relações sociais, pois estão interligadas e se constroem no cotidiano de cada adolescente. Contudo, quando adolescentes estão em grupo, essas diferenças tendem a se tornarem menos manifestas, prevalecendo como fator de

coesão, a idade, o gênero, a identificação, a realização comum das tarefas e regras escolares (CARVALHO, 2000).

A maioria dos adolescentes confirma a representação social<sup>3</sup> de que as escolas, fortemente, se configuram como instituições formais, burocráticas, preocupadas em afirmar o poder e a disciplina, através de atividades institucionais como avaliações, chamadas e participação em sala de aula. Isso se deve, em parte, à existência de vínculos entre a escola e a sociedade que, de alguma maneira, se expressam nas atividades curriculares. A escola não trata de qualquer conhecimento; ela lida, como afirma Forquin;

[...] com alguns aspectos da cultura que foram selecionados por serem reconhecidos como podendo ou devendo dar lugar a uma transmissão deliberada e mais ou menos institucionalizada, ou seja, aquilo que uma dada sociedade considera digno de integrar o currículo (FORQUIN, 1993, p. 11)

Há um descompasso entre a realidade vivida dos alunos e a representação social que a escola faz sobre a construção de suas identidades. A escola, enquanto uma instituição social, pode impor, ou constranger de modo legítimo, aos diversos grupos sociais nela presentes, os valores, atitudes e comportamento da cultura que se afirma como hegemônica, num jogo de relações (des) articuladas entre o saber, a relação social e afirmação das identidades.

Dessa forma, e sob uma aparência de neutralidade, a escola acaba por reproduzir e divulgar a ideologia de que as identidades e comportamentos sexuais são definidos, essencialmente, pela “natureza” e que a divisão de gênero é distinta, reforçando a imagem estereotipada de relacionamentos divulgados pela mídia ou pelo mercado. Para Santos (2006), essa visão representa uma estratégia de se tornarem incomunicáveis as identidades e para dificultar a concentração de resistências emancipatórias.

Depreende-se disso, que a representação, feita pelos alunos sobre o ensino da sexualidade/afetividade, da ênfase aos aspectos formais trabalhados pelas disciplinas no espaço escolar, da discussão de suas próprias identidades, parece estar, no geral, impregnada da idéia de que a instituição escolar é conservadora e está defasada em relação a outras fontes de divulgação de significados, facilmente encontráveis na internet, na televisão, nas revistas ou na roda de amigos.

### **3 IDENTIDADES RECALCITRANTES**

A eficiência da reprodução econômico-cultural na escola é relativa, entre outras razões, por estarem nela, também presentes, as contradições sociais. Ela é, ainda, um lugar de confronto com o mundo social: “[...] a rebeldia pulsa no corpo da escola e a ambiguidade é uma constante no discurso de todos os envolvidos no processo educativo” (PATTO, 1990, p.xii).

Tanto nos corpos docente e discente (em menor grau no administrativo), minorias recalcitrantes insistem em afirmar suas diferenças. Onde há poder, há resistência. Novos significados de identidade podem ser fonte de novas formas de poder. Como assinala Eagleton, “a instabilidade da identidade é subversiva” (EAGLETON 2005, p.31). De forma similar, Bauman observa que a identidade é “a rejeição daquilo que os outros desejam que você seja” (BAUMAN, 2005, p.45).

Esse dissenso poderia advir, em primeiro lugar, da trajetória percorrida pela família: sua origem rural ou urbana, seus deslocamentos ou enraizamentos no espaço geográfico, seus antecedentes educacionais, seus contatos com outros modelos sócio-culturais, seu parentesco próximo ou distante de indivíduos pertencentes às classes sociais mais abastadas, ou ainda suas interações com indivíduos que exerçam algum tipo de militância sexual. Em síntese, diferentes identidades, diferentes gêneros, diferentes etnias e diferentes estratos sócio-econômicos indicam também que são engendradas em culturas e classes sociais essencialmente diferentes.

Entre os adolescentes, as manifestações dessa resistência são mais evidenciadas nas vestimentas, maquiagens, linguagens, dialetos, danças, cortes e cores de cabelo, tatuagens, “*body modifications*”, entre outras. Estas podem ser consideradas, no contexto da adolescência, uma forma de contestação às categorias e valores do mundo adulto sobre identidades e sexualidade, presentes na nossa sociedade e nas autoridades escolares. Ciampa (1987), analisando esse fenômeno, registra que, na busca da identidade, os indivíduos se apropriam de múltiplos personagens que se conservam, ou sucedem, ou coexistem ou se alternam.

Em segundo lugar, as negociações entre o indivíduo e os diversos grupos, presentes no espaço escolar, se inseririam na luta das minorias pelo reconhecimento de suas existências e identidades. Elas podem ser reivindicadas, respeitadas e, dependendo do contexto, legitimadas. As minorias da sala de aula, ao recusar o pacto do consenso, podem provocar uma ruptura nos discursos de prestígio veiculados nesse espaço e restabelecer um processo de negociação que contemple alternativas comportamentais na escola. Para Candau; Moreira,

diante desse quadro, “[...] será necessário que o docente se disponha e se capacite a reformular o currículo e a prática docente com base nas perspectivas, necessidades e identidades de classes e grupos subalternizados” (CANDAU; MOREIRA, 2005, p.37).

Talvez, ao contrário do que se costuma pensar, a acomodação dos jovens - à escola, em particular, e à sociedade, em geral - esteja grandemente marcada por um complexo jogo de negociação e de conciliação. Cedem aqui, forçam ali, radicalizam acolá. Mais cedem do que forçam ou radicalizam. Nesse processo de construção de suas identidades, não linear, desigual, labiríntico, cheio de armadilhas e de vaivém, vão se formando ou se transformando, num processo “contínuo de movimento e de metamorfose” (CIAMPA, 1984). Essa experiência, certamente, lhes será útil, quando na vida adulta tiverem de enfrentar os costumes e as diferentes culturas de outros microcosmos sociais como o emprego, a profissão, o namoro, o casamento, partido político, clubes, entre outros.

#### **4 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E OS DESAFIOS DAS IDENTIDADES NO ESPAÇO ESCOLAR**

Enquanto os adolescentes discutem e constroem suas identidades de classe social, de gênero, de etnia, de raça, de sexualidade, no seu conjunto e, “clandestinamente”, no espaço escolar, o “*staff*” institucional geralmente ignora esse tópico, a menos que circunstâncias dramáticas o pressionem para repreender algum ato ou comportamento, como por exemplo, o sexual, considerado ameaçador aos valores morais. É indiscutível que a presença da sexualidade no espaço escolar

[...] independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir (LOURO, 1997, p.81).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996), ratificando a posição da Constituição Federal de 1988, afirma o princípio da pluralidade cultural como fator de fortalecimento da democracia e da cidadania.

Por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), elaborado pelo Ministério da Educação – MEC e em cumprimento ao dispositivo constitucional assente no art. 210 de nossa Carta Magna, assevera a necessidade de uma mudança curricular face à emergência de temas sociais relevantes para a compreensão da sociedade contemporânea,

apresentando uma proposta significativa no que diz respeito à iniciativa de as escolas proporem às crianças e aos adolescentes um estudo sobre culturas diferentes das suas na expectativa de que a pluralidade possa ser fator de fortalecimento da democracia e da cidadania.

Os PCNs apresentam vários temas transversais que deverão perpassar as diferentes disciplinas curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes) e permitir, com isso, a interdisciplinaridade no ensino fundamental. Entre esses temas, incluem-se os da educação afetivo-sexual, da valorização e da discussão das características singulares de etnia, de gênero, de identidades dos alunos, os quais proporcionariam o estabelecimento de condições para a realização de projetos educacionais orientados para a cidadania (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS 1997, p.111).

Constitui, portanto, um grande desafio. Nessa linha, os PCNs, quando propõem “mudar mentalidades, superar preconceitos e combater atitudes discriminatórias”, sinalizam a necessidade de “lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p.23). Giddens (2002), semelhantemente, observa que no estudo das identidades não é apenas o relacionamento que está em jogo, mas, sobretudo, a democratização da vida pessoal e social que se estende na esfera pública e privada.

O debate sobre as identidades no espaço escolar, como elemento curricular, deve ser visto como um ponto de partida para a discussão de uma política democrática que promova, continuamente, a reflexão dos direitos e deveres, tanto coletivos quanto individuais. O exercício da cidadania e da democracia implica em aceitar outras formas de construção e de posicionamento social dos sujeitos. O princípio direcionador dos relacionamentos deve ser, como defende Giddens, “o respeito pelo ponto de vista independente e pelos traços pessoais do outro” (GIDDENS 1995, p.207).

De acordo com os PCNs (1997), a escola deve ser co-responsável, juntamente com outras instituições sociais, pela formação da criança e do adolescente para a responsabilidade social de cidadão, pois nela se dá diariamente a convivência de crianças e adolescentes com os valores engendrados pela cultura. Na escola se abre, de forma integrada, a possibilidade de empreender, em seu cotidiano, uma reflexão acerca da pluralidade cultural, da diversidade de singularização e das identidades. Além disso, é nela que são disseminados os conhecimentos, sistematizados e organizados pelos currículos, sobre a realidade regional e global. É também na escola que devem ser ensinadas tanto as regras de respeito ao público e ao privado quanto

as de convivência democrática com a diversidade humana. Nessa perspectiva, o professor é mais útil se desempenhar outros papéis, além do de dar informações (DEMO, 2004). Cabe-lhe, assim, atuar na promoção de processos, no que diz respeito à construção de identidades, de conhecimentos e de atitudes indispensáveis à formação do cidadão e de uma sociedade mais solidária e justa.

Desse modo, uma reflexão que envolva questões como gênero, identidades, etnias, religião, orientação sexual, articuladas com questões sociais mais abrangentes como saúde e pluralidade cultural, poderá fornecer importantes pistas para o educador em seu cotidiano escolar, voltados para a formação de novas mentalidades, para a discussão dos direitos e deveres do cidadão e para a valorização das singularidades. Noutras palavras, espera-se que a escola, juntamente com a comunidade por ela atendida, promova a discussão, a reflexão e a tomada de consciência sobre as questões relacionadas à política, à desigualdade, à opressão, ao poder, à diversidade, de forma a lhe dar um sentido ético e político, levando em conta, com isso, o benefício ou prejuízo que a ciência traz à sociedade (MORIN, 2002).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procurou-se discutir, neste trabalho, que as identidades são resultantes de construções sociais e pessoais que se entrecruzam numa configuração particular em cada sujeito, sendo a instituição escolar um espaço social no qual os adolescentes compartilhariam significados, referências, representações e outras práticas identitárias presentes na sociedade. Sem alimentar uma postura reducionista ou ingênua, como alerta Louro (1997), que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou eliminar as relações de poder, ao reconhecer e valorizar, no espaço escolar, as identidades como produto da diversidade cultural e ao atuar no sentido de superar as discriminações, o educador poderá contribuir para a formação de novas mentalidades e para a criação de uma sociedade mais democrática. Porém, presente ou não nas atividades curriculares, a discussão das identidades espalha-se, na realidade, pelo currículo oculto escolar. Diante desse dilema, talvez fosse necessário encontrar, na instituição escolar, uma elaboração que permitisse chegar ao termo “diversidade”, uma ética de interrelação que tem como tarefa norteadora desenvolver o senso de relacionamentos humanos baseados na responsabilidade e no cuidado pessoal e coletivo ou, “[...] endossar a diversidade sem, contudo, sucumbir num relativismo absoluto, que anula qualquer tentativa de realização coletiva mínima de interação social” (WEEKS 1995, p.60).

Na nossa sociedade há, de fato, muitos modelos de identidade em constante transformação, em cuja construção a escola poderia ter um papel fundamental em termos de proposição de parâmetros, instrução e escolhas dos mesmos. Ela, além de revelar as formas macro e micro de imposição de valores sociais hegemônicos, pode também mostrar a possibilidade de outras formas de vida que são construídas na prática cotidiana.

Weeks chama atenção para a necessidade do estudo das identidades no espaço escolar “[...] pois podem possibilitar importantes contribuições para se repensar a natureza de nossos valores sociais e culturais” (WEEKS, 1995, p.101). A pluralidade cultural presente no cotidiano escolar ratifica a diversidade como traço fundamental na construção das identidades, que se reconstróem a todo momento em que se manifestam outras formas concretas e diversas de interrelação social. Semelhantemente, Bauman analisa que “[...] a identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objetivo [...]” (BAUMAN, 2005, p.21-22). A participação do contexto educativo nesse “esforço” é fundamental, pois a escola pode contribuir para a superação da discriminação, formando novos vínculos e novos comportamentos em relação às práticas e identidades que, historicamente, se manifestam no cotidiano escolar e são alvo de injustiças. A luta é, portanto, colocá-las em evidência, no “campo de batalha”, e não de ocultá-las, mas destacá-las no espaço escolar como um dos grandes desafios da sociedade contemporânea (BAUMAN, 2005).

O estudo da construção das identidades no espaço escolar, como um tema transversal recomendado pelos PCNs (1997), alinha-se com as políticas de inclusão presentes no Plano Nacional de Educação (2000) e pode ampliar a compreensão dos educadores no tocante ao respeito e à valorização das diferenças, da diversidade de práticas sociais e de identidades, o que, certamente, não significa aderir à escolha das minorias, mas respeitá-las como expressão da variabilidade humana, sem discriminação, injustiça ou preconceito. Dela se exigirão mudanças significativas em termos de atitudes, capacidades e conhecimentos, no sentido de se desenvolverem práticas que respeitem, reconheçam e valorizem as diferenças individuais sem cair na armadilha ideológica do destino de classe, da vontade divina ou da herança biológica. Sim, a identidade é uma faca de dois gumes, daí é preciso um cuidado para não tornar a abordagem desse tema num instrumento de estereotipização, de desumanização, de estigmatização, ou o pior deles, de negação da identidade (BAUMAN, 2005).

Boa ou ruim, parafraseando Benjamin (1993), na epígrafe deste texto, a experiência escolar (evidentemente, para aqueles que podem tê-la) é central na vida de qualquer

adolescente e fundamental para a construção de suas identidades. A escola oferece a possibilidade do encontro com conhecimentos, com representações, com condições objetivas de existência pelos quais os adolescentes elaboram e constroem as suas identidades. Nesse processo, portanto, que a escola poderia dar uma importante contribuição se ampliasse caminhos, discutisse escolhas e nos ensinasse a conviver com a nossa irreduzível diversidade. O direito à diferença específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade. Dessa capacidade de articular as múltiplas cidadanias e identidades, sobre a qual se trava hoje a luta pelos direitos, depende o futuro dos novos vínculos sociais que alicerçarão a construção de uma sociedade democrática.

### **Notas**

1 Nos estados pré-modernos, a identidade estava determinada pelo nascimento, segundo a classe social, a etnia, o gênero, a nacionalidade, os costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas pré-estabelecidas e das verdades inquestionáveis, proporcionando poucas oportunidades de construção e de invenção da mesma (BAUMAN, 2005).

2 Embora não seja objeto de estudo deste artigo, registra-se a discussão sobre as identidades do ponto de vista das neurociências. Nessa visão, a identidade é um estado do organismo, resultante de fatores genéticos, desenvolvimentais e interacionais.

3 As Representações Sociais podem ser compreendidas como “teorias” sobre os saberes denominados populares ou do senso comum, que são elaboradas, partilhadas e difundidas de forma coletiva. Seu objetivo precípua é a construção e interpretação da realidade e trabalha com o pensamento social (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

---

## **THE CONSTRUCTION OF IDENTITIES IN EDUCATIONAL ENVIRONMENT**

### **Abstract**

In this study are presented some psychosocial considerations concerning adolescent identity construction in the educational environment. As we will see, in this construction process, they take possession of different information and social experiences sources, which face them within the school culture. The identities are closely linked to categories such as the social class, gender, ethnicity, race, sexuality, age besides other categories present in social relations. Schools must undertake in their daily life, as recommend the PCNs (National

Curriculum Guidelines, 1997), a reflection about the multiple identities and citizenships, necessary for building a democratic society. The cultural plurality of schools confirms diversity as a key element to the construction of identities, negotiated and defined through conflicts and countless possibilities of singularity.

**Keywords:** Identity; Adolescence; Educational environment

---

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In:\_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. Magia e técnica, arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2000. Disponível em:. Acesso em: 2 mar, 2009.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CANDAU, Vera. Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília : UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

CARVALHO, Mauro Giffoni. **Educação, comunicação e sexualidade: a realidade engendrada na escola**. 2000. 181f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Sexualidade em Psi Maior: identidades sexuais e contemporaneidade**. Belo Horizonte: Pulsar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense,1984. p.58-75.

\_\_\_\_\_. **A História de Severino e a estória de Severina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em Psicologia Social**. Dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EWALD, Ariane Patrícia; SOARES, Jorge Coelho. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, n. 1, Apr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, 2003. p.167-182.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2005.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade. In M. G. C. Jacques (org.). **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.159-167.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Rousiley Castro; SPÍNOLA, Maria Céres Pimenta. **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

OLIVEIRA, Fátima O.; WERBA, Graziela C. Representações Sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC, vol. 10, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

RIBEIRO, Cláudia Regina; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. O novo homem na mídia: ressignificações por homens docentes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, Apr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 nov. 2010.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, jun. 2002 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022002000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 fev. 2010.

THORNE, Barrie. **Gender Play: boys and girls in school**. New Jersey: Rutgers University Press, 1994.

WEEKS, Jeffrey. **Invented Moralities: sexual values in an age of uncertainty**. London: Polity Press, 1995.

**Data de Recebimento:11/07/2011**

**Data de Aceite:02/08/2011**